

Corvo, João de Andrade



Torres Novas, 30 janeiro 1824
— Lisboa, 15 fevereiro 1890

Palavras-chave: Regeneração,
agricultura, política colonial,
diplomacia.

DOI:

<https://doi.org/10.58277/GSUG8135>

João de Andrade Corvo foi
uma personalidade
interventiva no meio

político português da segunda metade do século XIX. Ainda que seja mais conhecido devido ao impulsionamento de uma nova política colonial em África, desempenhou ainda um papel relevante enquanto diplomata e contribuiu para a modernização agrícola de Portugal e para o ordenamento do território. Quer através da divulgação científica, do leccionamento de disciplinas científicas em instituições de ensino superior, ou do estudo de problemas agrícolas concretos, defendeu o

potencial da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento do país, aderindo à Regeneração e ao projeto político de Fontes Pereira de Melo.

Andrade Corvo nasceu em Torres Novas, a 30 de Janeiro de 1824, no seio de uma família de proprietários rurais partidários do absolutismo. O seu pai, um oficial de cavalaria, combateu ao serviço de D. Miguel durante as Guerras Liberais. Os excessos que o jovem Andrade Corvo presenciou neste período conturbado impressionaram-no ao ponto de repudiar as posições políticas da sua família, aderindo ao liberalismo e enfatizando, até ao final da vida, a importância da diplomacia para a manutenção da paz.

Em 1834, após o fim das Guerras Liberais, a família de Andrade Corvo mudou-se para Lisboa. A educação do jovem foi tomada a cargo do seu tio materno, o general Nuno Augusto de Brito Taborda, que se afastara da esfera política na sequência da instauração do regime liberal. Andrade Corvo foi direcionado para uma carreira militar, tendo frequentado o Colégio Militar e, desde os 15 anos, a então recentemente criada Escola Politécnica de Lisboa, uma instituição predominantemente dedicada ao ensino técnico-científico. Concluiu os estudos na Escola do Exército, formando-se em Engenharia Militar. Até ao início da década de 1850, dedicou ainda o seu tempo livre às artes literárias, escrevendo peças de teatro e um romance.

À semelhança de outros liberais da época influenciados por doutrinas saint-simonistas, Andrade Corvo defendia que o desenvolvimento material do país dependia fortemente da ação de especialistas que, tal como ele, dominassem conhecimentos técnico-científicos. Entre 1848 e 1851, disseminou estas ideias em periódicos como *A Época* e *O Ateneu*, onde também argumentou que a reforma da administração

pública e a liberalização da economia constituíam medidas importantes para a consolidação de um regime liberal incipiente.

Com a instauração da nova cultura política da Regeneração, no início da década de 1850, e a presença de Fontes Pereira de Melo no governo, os projectos saint-simonistas apoiados por Andrade Corvo começaram a ser concretizados. O facto de pertencer ao quadro docente da Escola Politécnica, desde que venceu o concurso para lente substituto da cadeira de botânica e agricultura em 1844, com apenas vinte anos, permitiram-lhe tornar-se um perito nestas matérias, apesar de não ser inicialmente um especialista em botânica ou agronomia. A necessidade de resolver problemas agrícolas com impacto económico para o país facilitou a sua nomeação em cargos onde pôde implementar algumas das medidas que defendera. Simultaneamente, a sua ligação profissional a José Maria Grande, lente proprietário de botânica e parlamentar já com um percurso político traçado, conduziu à sua aproximação aos círculos políticos da época.

As contribuições científicas mais importantes de Andrade Corvo resultaram da análise de questões agrícolas, o sector económico de maior relevo para o Portugal da época. Em 1853, estudou a praga de oídio que dizimava as vinhas madeirenses, por incumbência da Academia das Ciências de Lisboa, e em 1859 avaliou a influência dos arrozais na saúde pública, fazendo parte de uma comissão criada por Fontes Pereira de Melo, à data ministro do reino.

Além de lecionar na Escola Politécnica, acumulou funções docentes no Instituto Agrícola de Lisboa, a primeira escola técnica agrícola de nível superior no país, e que era dirigida, desde a sua fundação em 1852, pelo seu colega Grande. Esta posição permitiu-lhe contribuir para a melhoria da instrução da população, o que considerava fundamental

para a modernização agrícola do país. Para este fim, aquando da sua presença na Exposição Universal de Paris de 1855, adquiriu instrumentos agrícolas modernos que mais se poderiam adequar à realidade nacional, para uso pedagógico no Instituto Agrícola.

O reconhecimento das suas qualidades no ordenamento do território agrícola, bem como o seu envolvimento crescente na política nacional, conduziram à eleição de Andrade Corvo como deputado pelo Partido Regenerador, em 1865. No ano seguinte, a aceitação do cargo de ministro das obras públicas, comércio e indústria colocou-o num lugar privilegiado para implementar reformas que vinha defendendo há anos, como a drenagem de terrenos pantanosos para reconversão agrícola e a extensão do caminho-de-ferro. Contudo, esta passagem foi breve, devido à revolta de 1 de janeiro de 1868, que precipitou a queda do governo.

Andrade Corvo nunca deixou de contribuir para a modernização agrícola do país, tendo publicado obras de divulgação de boas práticas em anos subsequentes, com destaque para a Biblioteca de Agricultura e Ciências. Contudo, a partir do final da década de 1860, a sua atenção concentrou-se na política externa do país. Andrade Corvo temia que os movimentos políticos de unificação, bem-sucedidos em Itália e na Prússia, atingissem Portugal, pois a deposição da rainha Isabel II de Espanha, em 1868, permitira a ascensão de elites favoráveis à unificação ibérica. Tal como a maioria das elites portuguesas, Andrade Corvo receava que a união das duas coroas se traduzisse na subjugação política de Portugal face a Espanha. Para frustrar estes planos, foi enviado na qualidade de ministro plenipotenciário a Madrid, entre 1869 e 1870, tendo sido bem-sucedido.

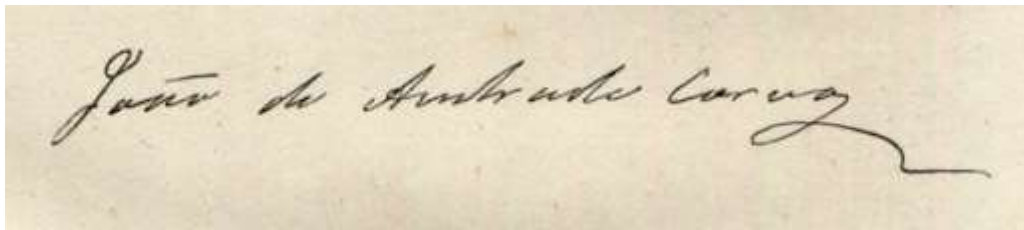
Os receios de Andrade Corvo, porém, não se limitavam a uma eventual união ibérica. Na sua opinião, o reduzido peso político de Portugal face a outros estados europeus mais prósperos e extensos punha em causa a sua sobrevivência enquanto nação independente. Assim, propôs uma nova política externa para o país, baseada na formação de alianças políticas e na assinatura de tratados de comércio aptos a sustentar uma rede internacional de boas relações. A economia e a diplomacia deveriam concorrer para evitar a todo o custo um eventual conflito armado que pusesse em causa a soberania nacional. Em 1871, com o apoio político de um novo governo formado pelo Partido Regenerador, Andrade Corvo tornou-se ministro dos negócios estrangeiros e procurou implementar este plano.

Ao longo do seu mandato, desentendimentos diplomáticos com a Grã-Bretanha relativamente à posse e privilégios sobre territórios ultramarinos, levaram a que Andrade Corvo dedicasse particular atenção à política colonial. Ainda que as suas negociações com diplomatas britânicos tenham sido bem-sucedidas até 1875, sendo respeitada a prioridade histórica de Portugal, era claro que esta seria rapidamente invalidada caso uma potência rival ocupasse efetivamente territórios reivindicados, mas na realidade com uma presença portuguesa irrisória. Pressionado por um número crescente de vozes que exigiam a adoção de políticas expansionistas em solo ultramarino, criou a Comissão Central Permanente de Geografia no Ministério da Marinha e Ultramar, durante um dos períodos em que acumulou a sua direção, entre 1875 e 1878. Através deste organismo, aplicou a política fontista de construção de vias de comunicação, já iniciada em Portugal, ao espaço colonial, destacando equipas de engenheiros, em 1877, para a concretização de obras projetadas para Angola e Moçambique. No mesmo ano, enviou ainda uma expedição científica liderada por Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, no intuito de cartografar

a geografia de Angola e identificar possíveis vias de comunicação com o interior. Simultaneamente, prosseguiu com a negociação de tratados liberalizadores do comércio colonial, sobretudo com a Grã-Bretanha, tentando obter em contrapartida investimentos em projetos de engenharia nas colónias. As iniciativas ficaram aquém dos seus objetivos: apenas conseguiu concluir um tratado para a construção de um caminho-de-ferro de Mormugão (Goa) até à Índia britânica, não tendo seguimento a construção de linhas em Angola e Moçambique. Além disso, foi duramente criticado pela concessão da região da Zambézia (Moçambique) ao militar Paiva de Andrada, que pretendia formar uma companhia de exploração de recursos naturais com capitais estrangeiros, o que era entendido como um ataque à soberania portuguesa. Em 1879, na sequência da queda do governo regenerador, Andrade Corvo foi afastado de cargos ministeriais. Apesar disso, continuou a defender os interesses coloniais portugueses na década seguinte, publicando estudos que pudessem auxiliar a organização de uma política colonial realista e consistente.

Em 1881, iniciou uma carreira diplomática enquanto ministro plenipotenciário em Madrid e, dois anos depois, em Paris. Tornou-se um dos principais conselheiros do seu colega da Escola Politécnica de Lisboa, José Vicente Barbosa du Bocage, quando este ocupou a pasta dos negócios estrangeiros de um novo governo regenerador, entre 1883 e 1886, para resolver a partilha colonial do Congo entre França, Portugal e Bélgica. Andrade Corvo desempenhou um papel importante por ocasião da Conferência de Berlim (1884–1885), servindo de interlocutor junto do governo francês, tendo ainda negociado e concluído um tratado de definição dos limites entre zonas de soberania francesa e portuguesa na Guiné e no Baixo Congo, em 1886. Terminada a missão, regressou a Portugal.

Ponderado e crente no poder da ciência e da tecnologia para a modernização de Portugal, Andrade Corvo foi um patriota avesso a extremismos políticos e um defensor convicto do liberalismo, tendo desempenhado um papel importante na organização de uma nova política expansionista em África e na defesa dos interesses coloniais portugueses. Faleceu em Fevereiro de 1890, em Lisboa, sem assistir à resolução do conflito diplomático desencadeado pelo ultimato britânico a Portugal.



Daniel Gamito-Marques < <https://ciuhct.org/membros/daniel-gamito-marques> >

Arquivo

Biblioteca Nacional: Arquivo Andrade Corvo.

Instituto Diplomático: Arquivo Pessoal João de Andrade Corvo.

Obras

Corvo, João de Andrade. *Botânica elementar escrita para uso dos alunos da Introdução à História Natural*. Lisboa: Tipografia da Revista Universal Lisbonense, 1850.

Corvo, João de Andrade. *Memórias sobre as ilhas da Madeira e Porto-Santo*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1854.

Corvo, João de Andrade. *Relatório sobre a Exposição Universal de Paris. Agricultura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857.

Corvo, João de Andrade. “Estudos económicos e higiénicos sobre os arrozais.” In *Relatório sobre a Cultura do Arroz em Portugal e sua Influência na Saúde Pública*, coordenado por Manuel José Ribeiro, Sebastião Betâmio de Almeida, e João de Andrade Corvo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

Corvo, João de Andrade. *A instrução pública: discurso pronunciado nas sessões de 9, 10 e 11 de Abril de 1866*. Lisboa, Tipografia Franco-Portuguesa, 1866.

Corvo, João de Andrade. *Memória sobre os processos de vinificação empregados nos principais centros vinhateiros do continente do Reino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Corvo, João de Andrade. *Conferências Agrícolas. Volume I: Conferência feita na Real Associação Central da Agricultura Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1867.

Corvo, João de Andrade. *Perigos*. Lisboa: Tipografia Universal, 1870.

Corvo, João de Andrade. e António Augusto de Aguiar. *O livro do lavrador*. Lisboa: Tipografia Universal, 1873.

Corvo, João de Andrade. *Relatório e documentos sobre a abolição da emigração de chinas contratados em Macau*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

Corvo, João de Andrade. *Algumas palavras acerca do estado geral das nossas terras em 1875*. Lisboa: Minerva, 1875.

Corvo, João de Andrade. *A Agricultura e a Natureza*. Lisboa: Empresa Comercial e Industrial Agrícola, 1880.

Corvo, João de Andrade. *Física popular*. Lisboa: Empresa Comercial e Industrial Agrícola, 1881.

Corvo, João de Andrade. *Química popular*. Lisboa: Empresa Comercial e Industrial Agrícola, 1881.

Corvo, João de Andrade. *Da água para as regas*. Lisboa: Lallemand Frères, 1881.

Corvo, João de Andrade. *Economia política para todos*. Lisboa: Empresa Comercial e Industrial Agrícola, 1881.

Corvo, João de Andrade. *Estudos sobre as províncias ultramarinas*. 4 vols. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1883-7.

Corvo, João de Andrade. *Os motores na indústria e na agricultura*. Lisboa: Empresa Comercial e Industrial Agrícola, 1883.

Bibliografia sobre o biografado

Palmeirim, Luís Augusto. “João d’Andrade Corvo.” *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* 2 (6) (1860): 242–254.

Alexandre, Valentim. “CORVO, João de Andrade (1824–1890).” In *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834–1910. Volume 1*, ed. Maria Filomena Mónica, 841–843. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais e Assembleia da República, 2005.

Gamito-Marques, Daniel. “Defending metropolitan identity through colonial politics: The role of Portuguese naturalists (1870–91).” *History of Science* 56 (2) (2018): 224–253.

© 2023 Dicionário < <https://dicionario.ciuhct.org/> >

To the top ↑